

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

Andréa Ferreira dos Santos

**O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

João Pessoa – PB  
2013

S237p Santos, Andréa Ferreira dos.

O processo de alfabetização na educação infantil / Andréa  
Ferreira dos Santos. – João Pessoa: UFPB, 2013.

36f.

Orientador: Geovania da Silva Toscano

Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)  
– UFPB/CE

1. Educação infantil. 2. Alfabetização. 3. Letramento. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

**Andréa Ferreira dos Santos**

## **O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Orientadora:** Geovania da Silva Toscano

João Pessoa – PB  
2013

**Andréa Ferreira dos Santos**

## **O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

**Aprovada em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Geovânia da Silva Toscano  
Orientadora – UFPB

---

Prof. Dr. (nome do professor)  
Examinador – UFPB

---

Profa. Ms. (nome da professora)  
Examinadora - UFPB

**JOÃO PESSOA – PB**  
**2013**

Dedico este trabalho aos meus filhos Maria Fernanda Ferreira de Paula e André Fernando Ferreira de Paula, ao meu marido Adriano Gomes de Paula e aos meus pais Cleonice Ferreira dos Santos(in memoriam) e Elmo Ribeiro dos Santos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me capacitado a chegar até aqui, seguindo ao meu lado nesse árduo percurso.

Aos meus pais por tudo em termos de conquistas, pois me criaram e educaram com amor e devoção para que me tornasse a pessoa que hoje sou.

Ao meu marido, Adriano Gomes pelo amor e companheirismo, sempre ao meu lado, independente das dificuldades e situações adversas. Sempre paciente e benevolente.

Aos meus filhos Maria Fernanda e André Fernando, que são meus focos no sentido de sempre procurar melhorar e realizar novas conquistas, como exemplo dessa graduação.

Bem como a todos que compõem Pólo de Limoeiro, pelo apoio dedicado durante todo o curso.

“Somos o que repetidamente fazemos. A excelência, portanto, não é um efeito, mas um hábito” – Aristóteles.

## **RESUMO**

O trabalho apresenta como objetivo analisar em que medida a criança se apropria da linguagem oral/escrita no processo de alfabetização na educação infantil. A partir da análise dos referenciais teóricos este trabalho apresenta a evolução da alfabetização no Brasil, relatar os fatores que contribuem para o processo de alfabetização na educação

infantil e conceituar alfabetização e letramento. O processo de alfabetização deve ser contínuo e vai além da capacidade do indivíduo de ler, escrever e calcular. De maneira contextualizada, alfabetizar é dar condições para que o indivíduo tenha desenvolvimento pessoal e participação ativa na sociedade. Alfabetizar não é apenas ensinar a criança a decodificar as letras e os números, mas é um processo educacional que deve ser levado em conta o desenvolvimento psicogenético da criança, o meio social que está inserida e as condições que lhe é oferecida para esse processo ser concluído.

**Palavras-chave:** Alfabetização. Letramento. Educação Infantil.

#### **ABSTRACT**

The work has as objective to analyze what extent the child appropriates the language oral / written in the literacy process in early childhood education. From the theoretical analysis of this work presents the development of literacy in Brazil, report the factors that contribute to the process of literacy in early childhood education and conceptualize literacy and literacy. The literacy process must be continuous and goes beyond the

individual's ability to read, write and calculate. In context, literacy is to empower the individual to have personal development and active participation in society. Literacy is not just teaching the child to decode the letters and numbers, but it is an educational process that should be taken into account psychogenetic the development of the child, the social environment that is inserted and conditions that is offered for this process to be completed.

**Keywords:** Literacy. Literacy. Early Childhood Education.

## LISTA DE SIGLAS

RCNEI – Referencial Curricular Nacional Educação Infantil

MEC – Ministério da Educação e Cultura

ONU – Organizações das Nações Unidas

LDB – Lei das Diretrizes e Bases

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

UNESCO – A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A EVOLUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL .....</b>	<b>16</b>
<b>3 EDUCAÇÃO INFANTIL .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL .....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 O RCNEI.....</b>	<b>26</b>

<b>4 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO .....</b>	<b>28</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

A presente monografia analisa a evolução da alfabetização no Brasil e como a criança na educação infantil se apropria da linguagem oral e escrita.

A partir da análise dos referenciais teóricos este trabalho apresenta a evolução da alfabetização no Brasil e como as atividades de oralidade, leitura e produção de textos vem acontecendo na educação infantil contribuindo para a alfabetização.

Diversos teóricos analisam e discutem sobre as diversas concepções que envolvem a alfabetização: Lev Vygotsky (1989), com a teoria do pensamento e

linguagem, Emilia Ferreiro (1985), com a teoria da evolução da escrita embasada na teoria do desenvolvimento de Jean Piaget (1993), entre outros.

Processo que deve ser contínuo e vai além da capacidade do indivíduo de ler, escrever e calcular. De maneira contextualizada, alfabetizar é dar condições para que o indivíduo tenha desenvolvimento pessoal e participação ativa na sociedade.

Segundo Ferreiro e Teberosky (1985, p. 275).

A posição que sustentamos reiteradamente é que o marco da teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget é apto para compreender os processos de apropriação de conhecimentos envolvidos na aprendizagem da leitura-escrita. Dizemos apropriação do conhecimento, e não aprendizagem de uma técnica. Contudo o que essa apropriação significa aqui como em qualquer outro domínio da atividade cognitiva: um processo ativo de reconstrução por parte do sujeito que não pode se apropriar verdadeiramente de um conhecimento senão quando compreendeu seu modo de produção, quer dizer, quando o reconstituiu internamente.

Compreender como a criança constrói seu conhecimento desde as séries iniciais é importante, pois ajuda o professor a entender como a criança está se familiarizando com os conteúdos, principalmente, como ela está compreendendo a leitura, a escrita e o cálculo.

No livro *Psicogênese da Língua Escrita*, Ferreiro e Teberosky (1985) dialogam sobre a psicolinguística contemporânea e a teoria de Piaget, onde o desenvolvimento cognitivo da criança está relacionado à leitura e à escrita. Ferreiro e Teberosky (1985) vêm nos dá respostas para uma atuação pedagógica organizada e respeitosa em relação às fases da criança, pautando o trabalho do professor permitindo sobre o processo de aprendizagem da criança fundamentando sua ação pedagógica.

Esse conhecimento por parte dos envolvidos na educação das crianças sejam pais, professores, coordenadores e gestores da educação infantil ajuda a refletir sobre a atual prática pedagógica. A educação sócio-construtivista é aquela onde o sujeito tem um papel ativo no aprendizado e conseqüentemente a escola oferece uma melhor qualidade de ensino.

Educação Infantil é definida como a primeira etapa da Educação Básica, oferecida por uma instituição, creche e escola regular, a partir de uma legislação específica, a LDB nº 9394/96 que garante a todas as crianças o direito a uma educação de qualidade e diferenciada.

No âmbito educacional a Educação Infantil permite a vivência da infância e da ludicidade, mas que a criança pode ser inserida no processo de alfabetização sem a exigência da aquisição da leitura e escrita.

À implementação do ensino fundamental de acordo com o MEC (2007) com a duração de nove anos sancionada pela Lei nº 11.274 em 06/02/2006 no Brasil teve como objetivo assegurar a criança um tempo maior de convívio na escola, quebrando a divisão que existia entre a educação infantil e o ensino fundamental de oito anos, onde a criança tinha que passar pela série específica da alfabetização.

Cabe à escola propiciar aos educandos dos anos iniciais a estimulação adequada de forma lúdica e variada para que lhe garanta o desenvolvimento da aprendizagem e a construção do conhecimento.

Com essa mudança a alfabetização passa a ser vista como um processo que tem hora para iniciar - quando a criança chega à escola - e continua por toda a vida escolar.

Para isto, o sistema de ensino fundamental, está sendo organizado em ciclos com o objetivo de promover um maior tempo para a criança ser alfabetizada em sua plenitude. Entretanto, este sistema necessita de uma adaptação no currículo para que se incluam os temas transversais na alfabetização, bem como articular com as novas tecnologias.

Cada educando já chega à escola com seus conhecimentos prévios, e isso inclui os educandos da educação infantil. Antes de ingressar na escola, as crianças em algum momento de sua vida têm um contato precoce com letras e números, seja através de estímulos dos pais, pelos meios de comunicação, como a televisão e o computador. Esse contato com diversos meios e um ambiente alfabetizador são bastante significativos, mas cabe a escola a missão de que todos desenvolvam habilidades de leitura e escrita e o mais importante descubram a função social da leitura e escrita.

Convém desmistificar aquele mito que a criança na educação infantil só faz brincar, aliás, ela irá aprender através do lúdico, mas de maneira contextualizada, objetiva e sistemática. Por isso a Educação Infantil é considerada um momento fundamental tanto para a educação informal quanto para a educação formal.

A criança pode e deve ser inserida no processo de alfabetização durante a roda de leitura, a hora do conto em todo momento escolar. Constantemente elas estão em contatos com o mundo das letras, seja através de um cartaz, um letreiro, na televisão e no computador. Introduzi-la no processo de alfabetização se faz necessário, sem precisar

trabalhar de maneira isolada a letra, mas buscando alfabetizar através da oralidade e da leitura de mundo.

Esta pesquisa com a temática da educação infantil e linguagem norteia-se pela seguinte questão: em que medida a criança se apropria da linguagem escrita no processo de alfabetização na educação infantil?

Ferreiro (2001) critica a alfabetização tradicional, para ela alfabetizar é oportunizar o indivíduo a se apropriar das funções sociais da leitura e da escrita. É a aproximação da criança com textos lidos e escritos que vai contribuir para sua aprendizagem independente de sua classe social, o que realmente prevalece é o acesso maior ou menor a esses recursos.

Partindo desse princípio a aproximação da criança com o concreto auxilia para que a aprendizagem seja consolidada. Segundo Vygotsky (1989), a linguagem é o fator determinante dos pensamentos e o principal mediador entre o sujeito e o objeto. Portanto sua teoria nos sugere uma prática pedagógica qualitativa pautada nas experiências que privilegiem a vivência do social e o exercício da linguagem.

Com base nessas reflexões está pesquisa bibliográfica analisa em que medida a criança se apropria da linguagem oral/escrita no processo de alfabetização na educação infantil.

Busca ainda conhecer a evolução da alfabetização infantil no Brasil, relatar o processo de alfabetização na educação infantil e conceituar alfabetização e letramento.

Alfabetizar não é apenas ensinar a criança a decodificar as letras e os números, mas é um processo educacional que deve ser levado em conta o desenvolvimento psicogenético da criança, o meio social que está inserida e as condições que lhe é oferecida para esse processo ser concluído.

Vygotsky (1989) e Piaget (1993) proporcionaram grandes contribuições para os estudos atuais, pois, eles na visão internacionalista e construtivista acreditavam que o desenvolvimento intelectual do ser humano se constrói na interação sujeito e objeto.

Isto quer dizer que, cada criança constrói e reconstrói a leitura e escrita de maneira pessoal e original. A partir da elaboração de hipóteses, dos níveis do desenvolvimento da escrita e com o uso social da leitura e escrita é que o processo é reconhecido e torna-se significativo para a criança.

É indispensável fazer da alfabetização um processo contínuo e significativo, Conforme Freire e Macedo (1990, p. 17) “alfabetização significa adquirir língua escrita através de um processo de construção do conhecimento, dentro de um contexto

discursivo de interlocuções e interação, com uma visão crítica da realidade”. No entanto, proporcionar a alfabetização é ir além da decodificação de sinais gráficos é permitir ao educando ler com autonomia, compreender, interpretar e poder fazer inferências sobre o tema.

Este trabalho sobre o tema educação infantil e alfabetização trata-se de uma pesquisa bibliográfica, por fazer parte do cotidiano de todo estudante, pois foi elaborada a partir de materiais já publicados. Especificamente neste trabalho utilizarei da documentação indireta, segundo Marconi; Lakatos (2001, p. 43):

A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada em forma de livros, revistas, publicações avulsas em imprensa escrita, documentos eletrônicos. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações.

A elaboração de um trabalho de pesquisa requer do aprendente-pesquisador um planejamento cuidadoso e organizado, reflexões conceituais e críticas embasadas em trabalhos já existentes. Para isso é necessário o desenvolvimento de métodos e aplicação de diferentes metodologias para obtenção de respostas para suas indagações.

A pesquisa é um conjunto de ações que visam à descoberta de novos conhecimentos em uma determinada área. No âmbito acadêmico, a pesquisa faz parte das atividades universitárias, onde os pesquisadores têm como objetivo produzir novos conhecimentos contribuindo para o avanço da ciência e para o desenvolvimento social.

Uma pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador fazer levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema da pesquisa. Através de uma revisão bibliográfica busco explicar como o problema vem sendo pesquisado por estudiosos no ponto de vista metodológico.

Esta pesquisa bibliográfica contribui para a obtenção de informações sobre a situação atual do tema a partir dos autores pesquisados Soares (1985), Ferreiro (1985), Teberosky (1985). Entre outros autores e materiais com a LDB e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil foi possível elaborar uma reflexão sobre a contribuição desses estudiosos para a nova visão a respeito da alfabetização e a construção de políticas públicas específicas para a educação infantil.

O primeiro capítulo apresenta a evolução da alfabetização no Brasil um relato histórico sobre essa evolução e suas contribuições para as atuais mudanças. Ao longo

dos anos, a alfabetização sofreu muitas alterações visando à melhora na qualidade de ensino essas mudanças tais como: a criação do RCNEI, a extinção das cartilhas e a criação de um ambiente alfabetizador e o respeito às fases da escrita da criança até que ela esteja alfabetizada veio para nortear o atual processo de alfabetização.

No segundo capítulo, descreverei a legislação que regulamenta a educação infantil nas escolas públicas, um breve histórico da educação infantil e a proposta educacional apresentada no Referencial Curricular Nacional Educação Infantil (RCNEI) do MEC que visa garantir o desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social da criança na escola complementando a ação da família e da comunidade (LBD nº 9394/96).

No terceiro capítulo conceituarei alfabetização e letramento procurando argumentar sobre os fatores que contribuí para uma alfabetização com letramento.

Por último, aponto as considerações finais retomando os questionamentos e resultados da pesquisa realizada.

## **2. A EVOLUÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL**

Os primeiros registros de ensino são dos jesuítas na tentativa de catequização dos índios, eles perceberam que seria impossível converter os índios a religião católica sem antes ensiná-los a ler e escrever.

Até o final do império, saber ler e escrever era privilégio de poucos e a aprendizagem dessa prática era restrita a um pequeno grupo e acontecia nos lares ou de maneira precária e rudimentar nas ‘escolas do Império’: as ‘aulas régias’. Que mais tarde veio a fundamentar a criação das escolas e seu objeto de ensino eram as práticas de leitura e escrita (MORTATTI, 2006).

O termo alfabetização vem sendo discutido. Segundo Saviani (2002, p. 273):

Art. 1º Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias. (...) Art. 6º- Nas escolas os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e

apostólicas romanas proporcionadas à compreensão dos meninos. (Lei promulgada em 15/10/1827).

A prática de leitura e escrita que até então era restrita de maneira informal no lar, no fim do século XIX torna-se obrigatória e gratuita. Para isso passou a ter a necessidade de profissionais capacitados para essa tarefa, que antes era exercida pela mãe ou alguém com um pouco mais de estudos ou pelos religiosos.

Os positivistas ao longo do século XIX defendiam a escolarização realizada por mulheres, pois elas já que realizavam a educação dos próprios filhos, podiam exercer como professora. Sobre isto ( REIS apud VIEIRA 2007, p. 7) afirmava,

O mestre deve ser o tipo de moralidade, do amor ao estudo, da amizade; deve de tratar seus discípulos como filhos, tomar interesse pelo aproveitamento deles e inculcar-lhes no coração as virtudes cívicas e domésticas e no espírito os estímulos do patriotismo, da abnegação e da generosidade. Em uma palavra; o mestre deve de ser – mulher. Enquanto não se entregar as mulheres o ensino primário, será improfícua qualquer reforma desse ramo de estudos. [...].

Durante muitos anos nas escolas públicas diversos modelos de cartilhas foram adotados, seguindo a etimologia da palavra alfabetização, processo de aquisição do alfabeto ou de apreender “[...] o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever” (SOARES, 2004, p. 18).

Na tentativa de ensinar letras e a leitura de palavras diversos métodos e cartilhas foram criados. Para a iniciação do ensino da leitura era utilizado os métodos de marcha sintética, ou método sintético. Portanto, o método sintético tornou-se o método mais antigo e tradicional que existe de alfabetização. De acordo com Mortatti (2006, p. 6) junto a esse método apresentava-se a cartilha ‘cartas do ABC’ e iniciava com as letras do alfabeto, depois apresentava as famílias silábicas em ordem alfabética e por fim palavras com as sílabas separadas por hífen.

Em seguida, conforme Mortatti (2006, p. 7) veio o método analítico, que alfabetizava com palavras e sílabas, se opondo ao antigo método sintético. A Cartilha Maternal foi escrita por João de Deus e em 1880 foi bastante difundida e ficou conhecida como ‘método João de Deus’ ou ‘método da palavração’.

Durante o período republicano “o método analítico continua sendo utilizado e orientava-se naquela época que o ensino da leitura deveria partir do “todo” para depois se analisar as partes que constituem as palavras” (MORTATTI, 2006 p. 7).

Até início da década de 1970 passou-se a usar o método misto ou analítico – sintético, dentro desse histórico, veio às cartilhas rurais, destinadas apenas para alfabetizar os moradores da zona rural.

Na década de 1970 a cartilha ‘No reino da alegria’ foi inovadora ao introduzir no fim de cada lição exercícios de fixação e histórias em quadrinhos.

Percebendo a necessidade de mudar esta visão mecânica do processo de alfabetização, nos anos 1980, foi introduzido no Brasil, fruto dos estudos e pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, a psicogênese da língua escrita que passou a discutir como a criança aprendia invés dos métodos de ensino utilizado. Começou a surgir às cartilhas construtivistas, sócio construtivista, construtivista- internacionalistas.

O fracasso da alfabetização veio se arrastando ao longo dos anos, estudiosos há muito vem discutindo sobre as dificuldades de ensinar as crianças brasileiras a ler e escrever. Diversos métodos para alfabetizar foram e estão sendo desenvolvidos e aplicados, buscando recuperar as lacunas deixadas ao longo dos anos e do descaso com a educação brasileira, principalmente no que tange a aquisição da leitura e escrita.

Alfabetizar a todos continua sendo um desafio nos dias atuais mesmo diante de tantos programas, projetos, técnicas e estudos que buscam inverter uma situação atual de fracasso escolar no âmbito da alfabetização.

Na Declaração do Milênio (2000), o Brasil e outros 191 países, membros da ONU, assinaram um pacto. “Uma dessas metas é atingir o ensino básico universal, para superar, em todo o mundo, o drama do analfabetismo”, Moraes (2009).

No entanto, agora temos outro problema, que é o analfabetismo funcional, crianças e adultos que decodificam letras, palavras e frases, mas não desenvolvem habilidades de interpretação e de operações matemáticas.

A alfabetização é um compromisso de todos: Estado, escola e família. Para Garcia (2008, p. 566):

é preciso refletir crítica e coletivamente sobre as consequências sociais, culturais e políticas na vida de quem passa pela escola e dela sai, tantas vezes ao final do tempo de escolaridade obrigatória, sem sequer saber ler e escrever.

Alfabetizar vai além de métodos e técnicas de ensino, é preciso se buscar o real sentido da alfabetização levando em conta a realidade e a maturidade dos educandos, mostrando a eles qual o objetivo e a necessidade de ler e escrever.

Alfabetizamos-nos no nosso cotidiano diário. Posto que, as letras, as palavras e os números estão inseridos na nossa rotina de vida. Onde a compreensão desses, nos abre portas para a compreensão do mundo.

Ao longo de toda história, a alfabetização tem se consolidado como um problema de cunho social e que há muitos profissionais buscando políticas públicas, metodologias e estratégias que vise solucionar esse problema.

### **3. A EDUCAÇÃO INFANTIL**

Conforme a Lei de Diretrizes Nacional Brasileira (LDB) nº 9394/96, a educação infantil passou a integrar a Educação Básica em seu artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (LDB, 1996).

Conforme o MEC/SEB (2006, p. 7),

A Educação Infantil, embora tenha mais de um século de história, como cuidado e educação extradomiciliar, somente nos últimos anos foi reconhecida como direito da criança, das famílias, como dever do Estado e como primeira etapa da Educação Básica.

De acordo ainda com os Referenciais, devem ser trabalhados os seguintes eixos com as crianças: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

No tocante as crianças portadoras de necessidades sociais, o RCNEI orienta um trabalho educativo que possa integrá-las na sociedade potencializando as suas habilidades e respeitando as suas diferenças e estimulando a sua participação na convivência.

De acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Educação Infantil,

a educação de crianças com necessidades educacionais especiais deve ser realizada em conjunto com as demais crianças, assegurando-lhes o atendimento educacional especializado mediante avaliação e interação com a família e a comunidade. (MEC, SEB, 2006, p. 17)

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998, vol. 1, p. 17) concorda com a LDB sobre a necessidade do desenvolvimento integral da criança ao afirmar que:

Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais da criança, considerando que esta é um ser completo e indivisível, as divergências estão exatamente no que se entende sobre o que seja trabalhar com cada um desses aspectos. (RCNEI, 1998, vol. 1, p. 17)

Conforme a LDB, a educação infantil precisa atender de forma específica as crianças de 0 a 3 anos nas creches e as crianças de 4 e 5 anos nas escolas regulares. E ainda orienta que é preciso considerar na educação desta geração diversidade étnico-racial e o cuidado especializado conforme as necessidades.

Porém, essa inserção das crianças a partir dos 4 anos na escola não é obrigatória e fica a cargo de cada município brasileiro.

De acordo com a Emenda Constitucional 59, aprovada pelo Congresso Nacional em 2009, até 2016 no Brasil, todas as crianças, a partir dos quatro anos de idade, deverão ter vagas garantidas para educação infantil na rede pública do país.

A educação infantil é um espaço de brincadeiras, do lúdico, da música, da construção de conhecimentos, do estudar, ler, escrever e desenhar. Concordo com Sampaio (1993, p. 76) quando diz que “a educação infantil deve ser um espaço de construção de conhecimento onde o aluno, é visto como sujeito do processo de aprendizagem”. E com Garcia (1993, p. 19) que afirma:

(...) a função da educação infantil não é apenas dar continuidade à aprendizagem da linguagem escrita, uma entre tantas linguagens, mas contribuir para que as crianças vivenciem as diferentes linguagens e usá-las para se expressar – a linguagem corporal, a linguagem musical, a linguagem plástica, a linguagem fotográfica, a linguagem do vídeo, a linguagem da mímica, a linguagem teatral e, por que não, a linguagem da informática.

Dentro do nosso contexto escolar a informática deve fazer parte do processo de alfabetização, pois constantemente nos deparamos com o acesso aos novos recursos tecnológicos e nossos educandos precisam estar alfabetizados nesta modalidade também, para que saibam fazer bom uso dos novos recursos a favor do seu bem e da sociedade.

Nos anos da educação infantil, além da aquisição do conhecimento, é o momento que a escola tem para promover a criança o desenvolvimento pleno em diversas áreas. A criança deve ser trabalhada com um todo, levando em consideração o desenvolvimento em todos os aspectos.

Percorrem décadas a discussão em torno das funções educar-cuidar era muito grande na educação infantil, instituições de creches e pré-escolas associavam seus trabalhos a cuidar das crianças, mais tarde essa visão foi mudada. A respeito do assunto, Kramer e Nunes (2007 p. 434) dizem que:

Dentre as conquistas e dificuldades encontradas, o tema do educar e cuidar aparece – com grandes contradições (...). Alguns relatos acentuam o fato de que a importância educativa passou a ser reconhecida; outros apontam que o professor se sente desvalorizado ao fazer tarefas relacionadas ao cuidar; nesses casos, o cuidar aparece separado do educar e a visão das responsáveis pela educação infantil (coordenadoras e diretoras) é que os professores acreditam que tais práticas desvalorizam o profissional; para outros, ainda, o cuidar e o educar caminham juntos. Vários profissionais falam da dificuldade de cuidar por questões práticas.

Nessa visão, o cuidar e o educar precisam caminhar juntos, porque na medida em que cuidamos passo a estimular tanto a autonomia quanto a independência da criança aproximando-a do meio em que está inserida. De acordo com o RCNEI (vol. 1, 1998, p. 24)

[...] os cuidados são compreendidos como aqueles referentes à proteção, saúde e alimentação, incluindo as necessidades de afeto, interação, estimulação, segurança e brincadeiras que possibilitem a exploração e a descoberta.

E ainda sobre o cuidar diz (RCNEI, vol. 1, 1998, p. 24)

Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica.

Partindo dessa concepção acreditamos que as crianças aprendem e se desenvolvem a partir das brincadeiras, das interações e socializações com as outras crianças. Ensinar de maneira lúdica, a partir de jogos e brincadeiras ajuda as crianças a ler, escrever e interpretar o mundo que lhe cerca. Para Secchi e Almeida (s/d, p. 3):

As atividades que privilegiam o brincar constituem possibilidades reais para as crianças interpretar e compreender o mundo adulto. Nas brincadeiras, a criança desenvolve sua capacidade imaginativa, que se constitui em função interpretativa e compreensiva da realidade.

Por isso que o brincar é tão importante no processo de aprendizagem da criança na educação infantil. Ela acaba sendo preparada para em seguida, ir para o ensino fundamental. Porque à medida que a criança na educação infantil brinca de faz de conta, joga, segue as regras do jogo, participa de rodas de leitura e socializam as histórias ouvidas ela está sendo alfabetizada, está sendo inserida no mundo letrado.

Atividades com leitura é fundamental nessa fase, saber ouvir e falar é determinante para a aquisição da língua falada e escrita e para aproximar as crianças desde cedo aos livros.

Trabalhar outras habilidades que contribuam para a escrita também faz parte do processo de alfabetização na educação infantil. Atividades que desenvolvam a coordenação motora fina, lateralidade, percepção e o reconhecimento das letras pelo próprio nome é um trabalho diário necessário.

Ressaltando que essas habilidades não são desenvolvidas apenas para preparar para o egresso dessa criança ao ensino fundamental, mas desenvolver habilidades que lhe seja necessária para o seu momento atual, a aprendizagem significativa seja de uma regra, uma música, uma historinha ou uma letrinha. Mas que tenha um significado social, ou seja, todas essas atividades levam a aquisição da escrita e da leitura.

A escola não tem mais como foco o processo de alfabetização da forma isolada e a educação infantil, integra essa visão. A LDB nº 9.394/96 é bem clara quando afirma que “é preciso o desenvolvimento integral da criança em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (LDB nº 9394/96).

Para que a criança tenha seu desenvolvimento integral é preciso que ela seja vista pela sociedade e pelas pessoas da escola como um sujeito de sua própria história, podendo intervir e participar do seu processo educacional. Para Sarat (2011, p. 98)

[...] a organização dessa educação precisa considerar os limites e possibilidades do pensamento e da ação da criança. Ela precisa ser ouvida no processo de formação, na constituição dos espaços de aprendizagem, na organização das rotinas da instituição, na forma como lhe são apresentados os conhecimentos, em todas essas ações pedagógicas, sistemáticas e direcionadas, a criança deve ser a parte central, e ter o direito, além da legalidade, de participar desse projeto.

### 3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Durante muitos séculos a educação era responsabilidade única e exclusiva da família. A revolução industrial no século XVIII impulsionou a mulher para o mercado de trabalho modificando a maneira de cuidar e educar as crianças.

As mães que trabalhavam começaram a deixar suas crianças sob o cuidado de outras mães. Assim foram surgindo os primeiros espaços informais com atendimento exclusivo para as crianças menores. Conforme Rizzo (2003, p. 31)

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil.

As creches e os jardins de infância foram criados para dar assistência no cuidar das crianças sem fins pedagógicos. Conforme Didonet (2001, p. 13),

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche.

Vale ressaltar que ao longo dos anos no Brasil o Estado e o MEC foram percebendo a necessidade de criar instituições específicas para atender as crianças enfatizando a socialização e o cunho pedagógico para preparar essas crianças para o ensino regular.

O Estado passou a se responsabilizar pela educação das crianças conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, o inciso IV: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). Deixando as instituições creches e jardins da infância de serem meramente cuidadoras passam a se responsabilizar também pela educação.

Para dar suporte a Lei da Constituição Federal foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) conforme a Lei nº 8.069, de 13 julho de 1990. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994).

Nos anos seguintes muito se foi discutido por estudiosos e pelo próprio MEC quanto à prática pedagógica. Consolidando essas discussões a LDB inseriu a educação infantil como primeira etapa da educação básica. Mesmo não sendo obrigatória é um direito de toda criança de forma gratuita ter um espaço que lhe proporcione condições básicas de bem-estar para seu desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual.

Foi em 1998 que o Ministério da Educação lançou o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil que passa a contribuir para as normas e diretrizes da educação das crianças. Nesse sentido o RCNEI sugere que,

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).

Mesmo com todos esses avanços muito se precisa para que se chegue a uma excelência de qualidade de ensino e seja referência no atendimento especializado para crianças pequenas. Barreto (1998, p. 25) ressalta,

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastantes aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar.

Dentro desse contexto histórico houve grandes avanços quanto à melhoria no atendimento da educação infantil:

A prática pedagógica considera os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais; Estados e municípios elaborem ou adequem seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil; as instituições de educação infantil ofereçam no mínimo, quatro horas diárias de atendimento educacional, ampliando progressivamente para tempo integral, considerando a demanda real e as características da comunidade atendida nos seus aspectos socioeconômicos e culturais; as instituições de Educação Infantil assegurem e divulguem iniciativas inovadoras, que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da educação infantil, sobre infância e a prática pedagógica; a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteie as propostas de formação; os profissionais da instituição, as famílias, a comunidade e as crianças participem da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. (BRASIL, MEC, 2006, p. 26).

Contudo a educação infantil ainda se divide, muitas vezes assumindo a função assistencialista no caso das creches e a função educacional nas escolas regulares.

Aos poucos vem se modificando a visão que se tem da criança como autor no seu processo de aprendizagem, emerge uma nova concepção de que a criança cria, constrói seu conhecimento por indivíduo sócio histórico, que produz e está inserido no contexto.

Dentro do contexto educacional da Educação Infantil

o processo pedagógico deve considerar as crianças em sua totalidade, observando suas especificidades, as diferenças entre elas e sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar. (MEC, SEB, 2006, p. 17).

Mesmo as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil dando ênfase a brincadeiras e interação com colegas e adultos também menciona o trabalho com escrita e com o sistema de numeração. Porque as crianças da educação Infantil mesmo sem saber ler são capazes de reconhecer e pensar em letras e números por fazer parte do seu cotidiano. Diariamente elas estão em contato com números e letras, seja no computador, na televisão, na rua, com os jogos, portanto antes mesmo de aprender à função dos números e letras as crianças já conhecem.

### 3.2 REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL EDUCAÇÃO INFANTIL (RCNEI)

O RCNEI é uma proposta flexível que busca direcionar as propostas educacionais adequadas à especificidade infantil e local.

O Referencial apresenta objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os professores de educação infantil em três volumes: O volume 1 intitulado Introdução; o volume 2 intitulado Formação Pessoal e Social e o volume 3 intitulado Conhecimento de Mundo. O documento pautado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação determina a importância e a especificação legal da Educação Infantil.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 23, v.01):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

O texto do RCNEI é pautado na perspectiva de aprendizagem sócio construtivista, onde a criança é agente ativo que interage e constrói o seu conhecimento.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) aponta que a aprendizagem da língua oral e escrita é relevante para as crianças ampliarem as práticas sociais.

Embora que, muitos professores de Educação Infantil mantêm como prática de leitura e escrita, atividades de leitura memorísticos e mecânica por Lima (2012), sem uso social e de muitas cópias ao invés de promover as produções textuais.

Cabe ao professor levar os educandos a construir seus conhecimentos, Nessa perspectiva, segundo o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 30, v.01):

O professor é mediador entre as crianças e os objetos de conhecimento, organizando e propiciando espaços e situações de aprendizagens que articulem os recursos e capacidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas de cada criança aos seus conhecimentos prévios e aos conteúdos referentes aos diferentes campos de conhecimento humano. Na instituição de educação infantil o professor constitui-se, portanto, no parceiro mais experiente, por excelência, cuja função é propiciar e garantir um ambiente rico, prazeroso, saudável e não discriminatório de experiências educativas e sociais variadas.

O RCNEI é importante, pois é uma forma de nortear o professor na sala de aula. Nesse sentido o Referencial contempla a criança integrante do processo educacional e o cuidar abrange o desenvolvimento como o todo. “A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver capacidades” (RCNEI, MEC/SEF, 1998).

O desenvolvimento total da criança depende de cuidados físicos, afetivos, com a alimentação e saúde e com as oportunidades de acesso aos conhecimentos acessíveis a ela. A criança que tem suas necessidades afetivas contempladas tem uma base necessária para um bom desenvolvimento pedagógico que passará pela articulação da alfabetização e letramento durante a infância.

#### 4. ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

O processo de alfabetização deve acompanhar o amadurecimento emocional e cognitivo da criança, além de se levar em conta o meio social em que ela está inserida bem como os estímulos que recebe.

Progredir alfabetização adentro não é uma tarefa jornada tranquila. Encontram-se muitos altos e baixos nesse caminho, cujos significados precisam ser compreendidos. Como qualquer outro conhecimento no domínio cognitivo, é uma aventura excitante, repleta de incertezas, com muitos momentos críticos, nos quais é difícil manter a ansiedade sob controle. (FERREIRO 2001, p. 63)

Compreender como a criança se apropria do sistema de escrita nas séries iniciais ajuda ao professor melhorar a qualidade de ensino, e a alfabetização precisa abranger as demais disciplinas, isso inclui alfabetizar as crianças dentre as novas tecnologias. Por se tratar de recursos que fazem parte da rotina da maioria das crianças o professor pode utilizar-se dos mesmos para que o educando se aproprie da escrita convencional e aprenda os recursos para a digitação permitindo a consolidação da alfabetização nos dias atuais.

Apresentar ao educando a diversidade textual é importante, mas desde que lhe seja também apresentado à função comunicativa do texto. Isto é fundamental no contexto da alfabetização para que a criança comece a interpretar o que está lendo ou aprendendo a ler.

Cabe ao professor alfabetizador fazer o paralelo entre a apresentação do sistema de escrita e a função social da linguagem oral e escrita. Convém compreender que alfabetização não sejam apenas à decodificação e à aplicação de escrita, leitura e

cálculo. De fato, estes processos ocorrem inicialmente fora e antes da criança chegar à escola.

Segundo Soares, o termo letramento origina-se palavra inglesa *literacy*, que significa condição que assume aquele que aprende a ler e escrever.

O letramento não veio substituir a alfabetização e atualmente as escolas veem que alfabetizar e letrar precisam estar juntos. De acordo com Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais, Alfabetização e Linguagem, o Pró-letramento, (2007, p. 10) diz:

(...) leitura, a capacidade de decodificar os sinais gráficos, transformando-os em sons, e, escrita, a capacidade decodificar os sons da fala, transformando-os em sinais gráficos. (...) também o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais de leitura e escrita. É diante dessas novas exigências que surge uma nova adjetivação para o termo – alfabetização funcional – criada com a finalidade de incorporar as habilidades de uso da leitura e da escrita em situações sociais e, posteriormente, a palavra letramento.

Dentro dessa perspectiva, Soares define o termo alfabetização como “ação de ensinar/aprender a ler e escrever enquanto letramento é a condição de quem sabe ler e escrever e exercer as práticas sociais que usam a escrita”.

Como afirma Soares (1998, p. 47):

Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita, de modo que o indivíduo se tornasse, ao mesmo tempo, alfabetizado e letrado.

No entanto, alfabetizar é (de) codificar os sinais gráficos e ter a compreensão do que está lendo e escrevendo fazendo um paralelo e uso social da leitura e escrita. Caso isto não se efetive a partir de um contexto a alfabetização não se concretizará. Quando a criança passar a compreender ela então poderá se apropriar da leitura. Neste sentido, é que se fala que a alfabetização e o letramento são complementares e simultâneos para assim dar sentido social aos textos para as crianças.

Sabemos assim que as cópias e escritas descontextualizadas não terá sentido no ciclo de alfabetização. Para Soares (2004, p. 13) alfabetização e letramento:

(...) são processos indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (...)

O processo de alfabetização e letramento deve estar incluído no âmbito do processo de ensino aprendizagem de forma ilimitada, bem embasada e sem restrições que lhe possam travar. De modo que aconteça de acordo com o contexto real dos alunos.

Sabemos que há alguns anos atrás ser alfabetizado era saber assinar o próprio nome. Soares (2003, p. 15), diz que alfabetização é "em seu sentido próprio, específico: processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita".

Ainda afirma que "a alfabetização é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas é também um processo de compreensão/expressão de significados por meio do código escrito" (SOARES, 2003, p. 16).

A UNESCO é categórica ao dizer que a alfabetização é:

...conhecimento básico, necessário a todos num mundo em transformação; em sentido amplo, é um direito humano fundamental. Em toda a sociedade, a alfabetização é uma habilidade primordial em si mesma e um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades. Existem milhões de pessoas, a maioria mulheres, que não têm a oportunidade de aprender (...) a Alfabetização tem também o papel de promover a participação em atividades sociais, econômicas, políticas e culturais, além de ser requisito básico para a educação continuada durante a vida (UNESCO, 1999, p. 23).

Soares (2003, 2003, p. 18), afirma que:

(...) uma teoria coerente da alfabetização deverá basear-se em um conceito desse processo suficientemente abrangente para incluir a abordagem "mecânica" do ler/escrever, o enfoque da língua escrita como um meio de expressão/compreensão, com especificidade e autonomia em relação à língua oral, e, ainda, os determinantes sociais das funções da aprendizagem da língua escrita.

Segundo Magda Soares (apud RIBEIRO, 2003, p.92)

Alfabetização e letramento são, pois, processos distintos, de natureza essencialmente diferente; entretanto, são interdependentes e mesmo indissociáveis. A alfabetização - a aquisição da tecnologia da escrita - não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, além disso, na concepção psicogenética de alfabetização

que vigora atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida não, como em concepções anteriores, com textos artificialmente para a aquisição das “técnicas” de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita.

Soares (2004, p. 31), para identificar as características do ato de ler explica:

Dessa forma, ler entende-se desde a habilidade de simplesmente traduzir em sons sílabas isoladas, até habilidades de pensamento cognitivo e metacognitivo; inclui, entre outras habilidades, a habilidade de decodificar símbolos escritos; a habilidade de captar o sentido de um texto escrito; a capacidade de interpretar sequência de ideias ou acontecimentos, analogias, comparações, linguagem figurada e relações complexas, anáforas; e ainda habilidade de fazer previsões iniciais sobre o significado do texto, de construir o significado combinando conhecimentos prévios com informações do texto, de controlar a compreensão e modificar as previsões iniciais, quando necessário, de refletir sobre a importância do que foi lido, tirando conclusões e fazendo avaliações.

Para consolidar o processo de alfabetização o conhecimento das letras se faz necessário meio ao letramento, para que se formem cidadãos atuantes e críticos-reflexivos é preciso oportunizar as crianças desde a educação infantil a importância sobre o letramento.

E esse acesso ao mundo letrado deve ser muito antes da criança entrar no processo de alfabetização, a partir do momento que a criança começa a interagir socialmente, ela está apta para inserir a prática do letramento no seu dia a dia.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade referente ao processo de alfabetização na educação infantil, meu trabalho acadêmico analisou através de pesquisa bibliográfica como a criança se apropria da linguagem oral/escrita nessa fase.

No decorrer do levantamento bibliográfico ficou claro o quanto é complexo o processo de alfabetização, e a transição dessas crianças da educação infantil para o ensino fundamental.

Embora havendo algumas contradição quanto aos termos de alfabetizar e letrar por parte dos estudiosos, é necessário que os educadores repensem sua práxis, sua atuação e suas metodologias de trabalho e se coloquem como mediadores do processo na construção do conhecimento junto ao educando.

No entanto, este trabalho acadêmico permitiu acompanhar a evolução da alfabetização no Brasil e o que levou a impulsionar as grandes mudanças, como a criação do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, em 1998, que veio para direcionar o trabalho da educação infantil fazendo um paralelo entre o cuidar e educar.

Porém, é necessário mais discussões a respeito do processo de alfabetizar letrando. Porque este processo deverá ser contínuo e não fragmentar nas séries ou na passagem da educação infantil para o ensino fundamental, a criança não aprende a decodificar letras. Ela constrói seu conhecimento e isso precisa ser trabalhado ao longo de vários anos sabendo-se da necessidade de respeitar a maturidade e a especificidade de cada um.

Conforme as autoras Ferreiro e Teberosky (1985) é na interação com a escrita que as crianças se apropriaram da escrita alfabética e não a partir de leitura de palavras isoladas, simples e sonoras presentes nas cartilhas de alfabetização.

É preciso oportunizar a criança alternativa para ela refletir sobre a aquisição da leitura e escrita. Abrir espaços para ela expor suas ideias e de interagir com o meio em

que vive. A partir dessas ações ela compreenderá a função social da leitura e da escrita tornando a aprendizagem significativa. Mas, sabendo que em se tratando de Educação Infantil é imprescindível que isso aconteça num ambiente acolhedor que ressalte a importância do lúdico de forma especial para as crianças.

Por isso se faz necessário desde a Educação Infantil os educandos interajam com diferentes leituras, ter contato com diferentes gêneros textuais em diferentes usos sociais e atividades de produção de texto significativa.

Fica um convite a reflexão sobre a prática do professor alfabetizador que além de promover um ambiente propício ao mundo da leitura e escrita precisa conhecer e compreender o desenvolvimento infantil para a aquisição e consolidação da linguagem oral e escrita.

Embasado na proposta curricular, no Projeto Político Pedagógico, e nas discussões realizadas nas reuniões pedagógicas planejar ações didáticas que contemplem a ludicidade e o letramento, através de atividades diárias e da seleção de recursos didáticos adequados à faixa etária e a maturidade de cada criança. Assim o educador permitirá que seus educandos cheguem ao ensino fundamental estimulados e inseridos no mundo da leitura e escrita.

## REFERÊNCIAS

BARRETO, Ângela M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. In: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BORBA, Ângela Meyer. **O brincar como um modo de ser e estar no mundo – In: Ensino Fundamental de Nove Anos – Orientações para a inclusão de crianças de seis anos.** Brasília: MEC. 2006

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional . Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial curricular nacional para a educação infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília:MEC/SEF, 1998. vol. I, II e III.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

\_\_\_\_\_. Estatuto da Criança e do Adolescente . Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de 0 a 6 anos de idade à educação. Brasília. MEC, SEB, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. 2006

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade / organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

CONCEIÇÃO, Alessandro. **Um Breve Histórico da Alfabetização e Letramento no Brasil**. Disponível em:< <http://educandoeconversando.blogspot.com.br/2011/03/um-breve-historico-da-alfabetizacao-e.html>> Acesso em: 13/03/13.

DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai**. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n.73. Brasília, 2001.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**., 24. ed. Atualizada – São Paulo : Cortez, 2001. (Tradução: Horácio Gonzáles, et. al.) (Coleção Questões da Nossa Época; v. 14).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 27 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo; MACEDO, Ronaldo. **Alfabetização: leituras do mundo, leituras da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

GARCIA, Regina Leite. **Discutindo a escola pública de Educação Infantil: a reorientação curricular**. In: GARCIA, Regina Leite (org.) Revisitando a pré-escola – São Paulo : Cortez, 1993

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed, São Paulo: Atlas. 1985

KRAMER, Sônia e NUNES, Maria Fernanda. **Gestão pública, formação e identidade de profissionais de educação infantil** In: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 131, p. 423 -454, maio/ago. 2007

LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 5 ed ver amp São Paulo: Atlas, 2001 p. 43-44

LIMA, Amara Rodrigues de. **Práticas de letramento na educação infantil: uma experiência em uma escola pública municipal do recife**. Disponível em:< <http://www.epepe.com.br/Trabalhos/07/C-07/C7-272.pdf>> Acesso em: 27/04/13

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes. **Alfabetização no Brasil: ainda um desafio**. Disponível em:< <http://www.espacoacademico.com.br/093/93moraism.htm>> Acesso em:

MORTATTI, Maria Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil, 2006 Disponível em:< [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf\\_mortattihisttextalfbbr.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf)> Acesso em: 29/06/13.

OLIVEIRA, Ângela Araújo de. BORTOLETTO, Lucélia Aparecida. KINJO, Marina Melgarejo Nunes. BERTOLAZO, Mirian Inácio de Campos. **Leitura na escola: espaço para gostar de ler.** Disponível em:< [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/GT4%20PDF/LEITURA%20NA%20ESCOLA%20ESPA%20C7O%20PARA%20GOSTAR%20DE%20LER.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/GT4%20PDF/LEITURA%20NA%20ESCOLA%20ESPA%20C7O%20PARA%20GOSTAR%20DE%20LER.pdf)> Acesso em: 29/06/13.

PRÓ-LETRAMENTO: Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos/Séries Iniciais do Ensino Fundamental: alfabetização e linguagem. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

RIZZO, Gilda. **Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento.** 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003

SAMPAIO, Carmem Sanches. Alfabetização na pré-escola. In: GARCIA, Regina Leite (org.). Revisitando a pré-escola. São Paulo: Cortez, 1993.

SECCHI, Leusa de Melo e ALMEIDA, Ordália Alves. **Um tempo vivido, uma prática exercida, uma história construída: o sentido do cuidar e do educar.** s/d. Disponível em:< <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT07> >-3333--Int.pdf. Acesso em: 07/06/2013

SILVA, Edna Lúcia da. SILVA, Eстера Muszkat Menezes. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**– 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005

SOARES, Magda. Linguagem e escola: uma perspectiva social. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_, Magda. As muitas facetas da alfabetização. In: Alfabetização e letramento. São Paulo: Contextos, 2003.

\_\_\_\_\_, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: Revista Brasileira de Educação nº 25, Rio de Janeiro jan./abr. 2004.

\_\_\_\_\_, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. In: Revista Brasileira de Educação nº 25, Rio de Janeiro jan./abr. 2004.

VEIGA, Cynthia Greive. **A civilização das crianças pela escola (Brasil, século XX): questões teóricas e conceituais.** Disponível em:< [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/mesas\\_redondas/MR\\_Veiga.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/mesas_redondas/MR_Veiga.pdf)> Acesso em: 02/07/13

VIGOTISKI, L. S. **Pensamento e linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1987.

